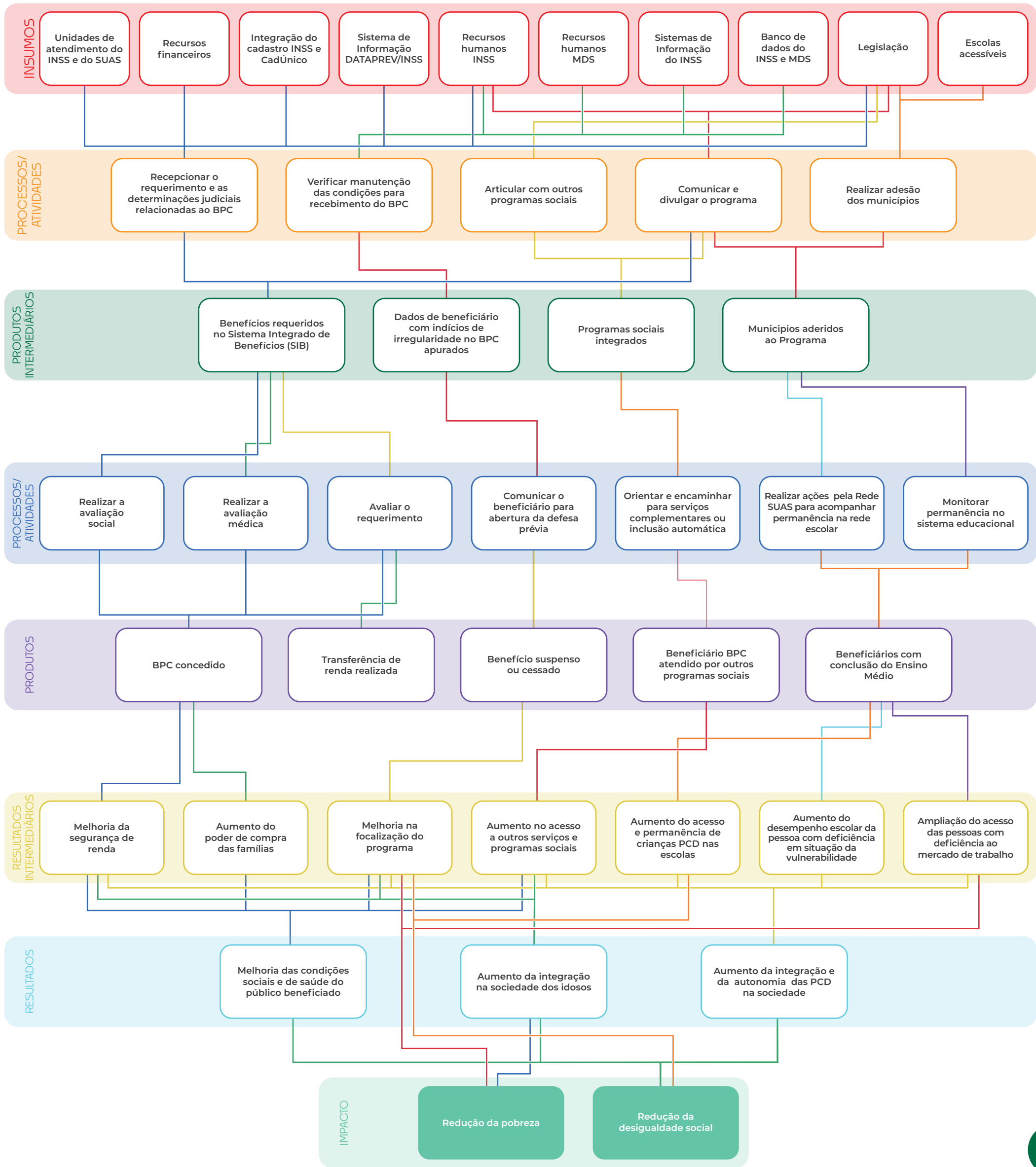


MODELO LÓGICO

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

OBJETIVOS

- Garantir condições básicas para uma vida digna, por meio de uma renda mínima, para PcD e idosos em situação de vulnerabilidade
- Contribuir para a redução das desigualdades sociais
- Promover a inclusão social de PcD e idosos
- Garantir o acesso e a permanência de PcD no sistema educacional
- Possibilitar que PcD ingressem no mercado de trabalho com trânsito e segurança



Fonte: MDS (2024).
Nota: o Modelo Lógico do Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi desenvolvido de maneira colaborativa pela equipe gestora do programa da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), com o apoio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGICAD) e da Secretaria de Planejamento e Orçamento Governamental (SPOG).



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Descritores Modelo Lógico

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

OBJETIVO

- Garantir condições básicas para uma vida digna, por meio de uma renda mínima, para PcD e idosos em situação de vulnerabilidade
- Contribuir para a redução das desigualdades sociais
- Promover a inclusão social de PcD e idosos
- Garantir o acesso e a permanência de PcD no sistema educacional
- Possibilitar que PcD ingressem no mercado de trabalho com trânsito e segurança

INSUMOS

Unidades de atendimento do INSS e do SUAS

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); agência do INSS, unidades móveis de atendimento e outros equipamentos da média e alta complexidade do SUS.

Recursos financeiros

Todo o recurso financeiro do BPC é do orçamento da Seguridade Social, sendo administrado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate (MDS) à Fome e repassado ao INSS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Integração do cadastro INSS e CadÚnico

“Povoamento de Dados”, a integração entre o Cadastro único e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), é regulamentada na Instrução Normativa SAGICAD/MDS nº 1, de 02 de

junho de 2023, que detalha as regras da primeira etapa da integração, chamada de povoamento dos dados do CNIS no Cadastro Único.

Se possível o cadastramento no CadÚnico deve ser realizado na ocasião da visita domiciliar para a aplicação do Questionário.

Sistema de Informação DATAPREV/INSS

Sistema Único de Informações de Benefícios (SUIBE), Base de Gestão (BG/INSS): Disponibilizar informações de Agendamento, Tarefas, Atendimentos e Configuração de Serviços do Atendimento do INSS. Mantidas pela DATAPREV.

Legislação

Constituição Federal: Institui o BPC
Lei 8.742/1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Loas).
Decreto nº 6.214/2007- Regulamenta o BPC
PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018. Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC.
PORTARIA CONJUNTA MDS/INSS nº 2, de 30 de março de 2015. Dispõe sobre critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médica da pessoa com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada.
Decreto nº 8.805, de 07 de julho de 2016: Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada.
BPC NA ESCOLA:
A Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007 instituiu o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola.

Recursos humanos INSS

Médicos Peritos do INSS, Assistentes Sociais que realizam a avaliação social do INSS.

Recursos humanos MDS

Servidores e colaboradores do MDS que atuam no gerenciamento, monitoramento e avaliação do programa.

Sistemas de Informação do INSS

Sistema Único de Informações de Benefícios (SUIBE), Base de Gestão (BG/INSS): Disponibilizar informações de Agendamento, Tarefas, Atendimentos e Configuração de Serviços do Atendimento do INSS. Mantidas pela DATAPREV.

Banco de dados do INSS e MDS

Folha de Pagamentos, Maciça, Mantida, Cadastro Único.

Escolas acessíveis

Escolas com a infraestrutura, treinamento e capital humano para receber o BPC na escola.

ATIVIDADES

Recepcionar o requerimento e as determinações judiciais relacionadas ao BPC

Requerimentos para benefícios e determinações judiciais entram no sistema.

Comunicar e divulgar o programa

Divulgação e marketing das condicionalidades e mudanças, em diversas mídias. Campanhas específicas sobre o programa. Apoio técnico às equipes dos municípios e estados.

Avaliar o requerimento

O INSS é o órgão responsável por receber o requerimento do BPC. Devem ser apresentados na agência o formulário de solicitação do benefício, a declaração de renda familiar, o comprovante de residência, relatórios e laudos médicos, relatório social (se houver), seus documentos de identificação e dos membros das famílias.

Realizar a avaliação social

Realizada por peritos do INSS para avaliar vulnerabilidade social do requerente.

Realizar a avaliação médica

Realizada por peritos do INSS para avaliar presença de deficiência no requerente. Se houver impedimento de longo prazo pode suprimir a avaliação social.

Articular com outros programas sociais

Integração dos dados administrativos dos diversos programas ao qual o beneficiário teria direito.

Orientar e encaminhar para serviços complementares ou inclusão automática

Orientação para acesso ou encaminhamento automático feito pelos servidores, no atendimento de beneficiários com direito a outros programas.

Verificar manutenção das condições para recebimento do BPC

Mudanças na condição social ou do grau de deficiência.

Comunicar o beneficiário para abertura da defesa prévia

Comunicação do beneficiário com indícios de irregularidade para defesa antes do cancelamento.

Realizar adesão dos municípios

Processo de adesão dos municípios ao BPC escola e cria um grupo gestor, responsável pela aplicação dos questionários para identificação de barreiras para acesso e permanência na rede escolar. Identificadas as barreiras é pago um valor ao município.

Realizar ações pela Rede SUAS para acompanhar permanência na rede escolar

Aplicação dos questionários para identificação de barreiras para acesso e permanência na rede escolar.

Monitorar permanência no sistema educacional

Portaria interministerial nº 18/2007/MDS e Educação.

PRODUTOS

Benefícios requeridos no Sistema Integrado de Benefícios (SIB)

Base de dados com requerentes (Dataprev).

BPC concedido

Benefício monetário concedido ao requerente.

Transferência de renda realizada

Beneficiário recebeu a transferência monetária através de um dos meios disponíveis, mediante o deferimento do benefício.

Programas sociais integrados

Programas sociais que podem ser acessados por beneficiários do BPC.

Beneficiário BPC atendido por outros programas sociais

Beneficiário atendido por outros programas sociais ao qual tinha direito.

Dados de beneficiário com indícios de irregularidade no BPC apurados

Dados de beneficiário com indícios de irregularidade no BPC.

Benefício suspenso ou cessado

Benefício suspenso ou cessado após o período de defesa.

Municípios aderidos ao Programa

Municípios aderidos ao BPC na escola.

Beneficiários com conclusão do ensino Médio

Beneficiário BPC PCD conclui o Ensino Médio.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

Melhoria da segurança de renda

O benefício monetário atua diretamente no aumento da renda familiar do beneficiário.

Aumento do poder de compra das famílias

O aumento da renda familiar dos beneficiários leva a uma maior renda disponível para o consumo das famílias.

Aumento no acesso a outros serviços e programas sociais

A maior integração entre os programas sociais e o encaminhamento adequado dos beneficiários elegíveis a outros programas aos quais têm direito pode resultar em um aumento no número de pessoas atendidas e no acesso a benefícios adicionais.

Melhoria na focalização do programa

O monitoramento dos benefícios concedidos, permite diminuir os casos de erros na inclusão.

Aumento do acesso e permanência de crianças PCD nas escolas

O programa BPC na escola busca incentivar a permanência de PCDs na escola até a conclusão do Ensino Médio.

Ampliação do acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho

O aumento da escolaridade e da capacitação de PCDs deveria facilitar a sua participação no mercado de trabalho.

Aumento do desempenho escolar da pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade

O incentivo ao acesso e à permanência escolar das PCDs até o ensino médio pode auxiliar na redução das taxas de abandono e aumentar o acesso ao ensino superior.

RESULTADOS

Melhoria das condições sociais e de saúde do público beneficiado

O aumento de renda disponível, alivia o estresse econômico do beneficiado, permitindo mais gastos em seu bem-estar e saúde.

Aumento da participação social e exercício da cidadania pelos idosos

O acesso a renda assegurado pelo benefício pode possibilitar o exercício da autonomia de idosos a medida em que tenham recursos para trocas sociais o que favorece a sua cidadania.

Aumento da integração e da autonomia das PCD na sociedade

O aumento de renda propiciado pelo BPC, bem como aumento na escolaridade promovido pelo benefício na escola, pode levar a uma maior participação ativa na sociedade e exercício da autonomia.

IMPACTO

Redução da pobreza

A superação da condição da pobreza extrema, bem como melhoria na condição de pobreza, pode se dar diretamente através dos benefícios monetários e indiretamente através do aumento da escolaridade e maior acesso ao mercado de trabalho para PCDs.

Redução da desigualdade social

O enfoque dado a idosos e PCDs em situação de vulnerabilidade pode apresentar como consequência a redução da desigualdade, tanto através de segurança financeira, quanto de outras dimensões, tais como a própria participação social.



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

